

# O não lugar e os conflitos sociais e culturais na comunidade Vila da Barca (Belém-PA)<sup>1</sup>

*Eduarda Canuto Carvalho (Universidade do Estado do Pará – UEPA)*

*Jullyane de Souza Lopes (Estácio FAP)*

**Resumo:** O estudo se insere no debate acerca da Memória cultural e busca tratar sobre a trajetória histórica dos moradores, suas particularidades e pluralidade no que diz respeito às suas formas de vivenciarem o espaço a qual ocupam em contexto de comunidades da Amazônia moradores de palafitas<sup>2</sup> nos centros urbanos, em particular, da comunidade Vila da Barca — Belém/PA, ou seja, como essas manifestações se constroem em uma sociedade segregada de diversas formas, inclusive espacialmente e como isso reflete diretamente nas formas desiguais de direito à habitação e qualidade de vida. Em vista desse contexto conflitante da sociedade brasileira e, em particular da realidade amazônica, é que esse estudo se colocou o seguinte objetivo: investigar através de levantamento bibliográfico e trabalho de campo, a problemática do “não sujeito” social como detentor de direitos e os conflitos sociais, através das manifestações culturais de resistência da comunidade Vila da barca, situada no bairro Telégrafo — Belém/PA.

## INTRODUÇÃO

A maioria da constituição dos bairros da cidade de Belém-PA que vivem à margem da Baía do Guajará foram construídos em áreas irregulares, as populações migraram para a cidade em busca de emprego depois do Ciclo da Borracha (1879 - 1912) ou como ponto de apoio ao comércio fluvial da capital, utilizando um braço de igarapé como porto para os barcos e canoas. Segundo estudos de SOUZA (2006), a comunidade tem sua origem na primeira metade do século XX, em meados de 1930, quando a construção da estrada de ferro Belém-Bragança foi iniciada, bem como investimentos do Estado na área portuária foram feitos e propiciaram a migração da população na sua maioria ribeirinha para capital.

---

<sup>1</sup> VI ENADIR – GT20. Salvaguarda do patrimônio cultural e dos direitos identitários.

<sup>2</sup> Palafitas são moradias tradicionais da cultura ribeirinha, onde tem suas pilastras de madeira submersas durante a enchente e vindas à tona no período da vazante, assim dialogam com o ciclo das águas da região.

Nesse contexto se viram forçados a migrar para os centros urbanos na tentativa de melhorias econômicas e sociais e por serem próximo ao mercado do Ver-o-Peso, uma área estratégica para comercialização, os moradores acabavam vendendo produtos agrícolas advindos de seus municípios natais, o que proporcionou o crescimento da população local na década de 40, como mostra na foto a seguir o crescimentos de palafitas nas áreas alagadas a margem da Baía do Guajará - Belém/PA.

Figura 1 – Vila da Barca nos anos 1970



Fonte: PMB/SEHAB, 2004.

Ao passar dos anos essas comunidades cresceram em uma sociedade globalizadora e moderna, mas com todas as contradições do mundo moderno, as mesmas continuam a viver na desigualdade e na segregação espacial, que separa brancos e pretos, ricos e pobres. Segundo afirma Harvey (1982):

“Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades de aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança. Mas esse modelo de paisagem, ou ambiente construído, não resulta sem contradições” (Harvey, 1982)

O direito à cidade e a moradia digna e regular sempre foi pautado e negado a grande maioria dessas populações, como é o caso da comunidade Vila da Barca situada no Estado do Pará e na cidade de Belém, que concentra várias favelas planas em áreas alagadas, assim como para Corrêa (2004, p. 30):

"É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou proveniente de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade."

Tendo em vista, a necessidade de uma urbanização, no reassentamento e remanejamento desses habitantes foram criados alguns projetos governamentais de habitação social como o Programa de Aceleração do crescimento (PAC), intitulado: Palafitas Zero, iniciado no Governo de Edmilson Rodrigues (PSOL). Algumas famílias foram realojadas e outras permaneceram nas pontes<sup>3</sup>, por consequência da não conclusão e abandono do projeto, por vários motivos, mas principalmente pela energia com preços muito altos, a não adaptação com o tipo alvenaria e os problemas estruturais e de espaço nos apartamentos.

Figura 2 – Conjunto Vila da Barca – Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca/Belém (PA)



Fonte: CooperAtiva

As políticas urbanísticas têm sido construídas, no Brasil, a partir de um padrão único e supostamente universal, com configurações dos espaços urbanos seguindo padronizações espaciais hegemônicas (RAMOS, Estela, 2010, p. 1). Evidenciamos em muitas cidades brasileiras sinais de uma tentativa de padronização de habitações sociais e dos espaços urbanos construídos através de uma lógica hegemônica e global.

A Vila da Barca por ser culturalmente comunidade tradicional possui em sua vivência histórico-social forte costumes que são refletidos e fazem parte da constituição das suas relações sociais e seus lares.

Para Hall (2003, p. 142) a cultura é definida como:

[...] Os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas

---

<sup>3</sup> A partir de agora vamos nos referir as palafitas como pontes de acordo com os moradores que a nomeiam dessa forma.

condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados.

Por viverem na cidade em um antagonismo social que gera desigualdades, sofrem com a falta de direitos básicos, como saneamento, distribuição de água, saúde pública e demais questões sociais, a segregação do espaço é visível, segundo Maricato (2003) as áreas periféricas, ocupadas pela população excluída, ou seja, a “Cidade Informal” é negligenciada pela governança pública, que tende a favorecer as áreas que integram a “Cidade Formal”.

Essas famílias vindas do interior do Pará acabaram se fixando em regiões alagadas e subalternas, a qual se tornaria as regiões periféricas em Belém. Com o êxodo rural e outras problemáticas decorrentes do avanço do capitalismo a partir da década de 1980, houve um aumento significativo nos surgimentos de periferias. Segundo Pasternak (2003) as favelas estão:

[...] crescendo a taxas maiores que a população total: as taxas anuais de crescimento populacionais entre 1980 e 1991 foram, para a Brasil, de 1,89%, e para os domicílios favelados, de 7,65%; na última década do século XX o incremento favelado, de 4,18% anuais, continuou maior que o geral, de 1,63 % anuais. O 2º Milênio terminou com 3.905 favelas espalhadas pelo país, segundo os dados do IBGE, considerados subestimados por muitos estudiosos (p.1).

É fato o aumento expressivo de bairros periféricos e segundo Maricato (1996), este aumento de favelas e cortiços a partir do século XX, é resultado de um processo de urbanização e com características da sociedade patrimonialista do Brasil pré-republicano. A urbanização e globalização modernizaram as formas de vida e moradia, mas “sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização é apenas para alguns; a cidadania, idem” (MARICATO, 2003, p. 79). Neste sentido o avanço da globalização e do capitalismo reforçou precarizações nas relações sociais resultando em diversas desigualdades sociais e espaciais em diversos modos de moradia.

Figura 3 – Casas e Pontes na Vila da Barca em 2017.



Fonte: Helena Palmquist - ASCOM (2017)

No Brasil, as favelas e terrenos irregulares surgiram como opção para moradia de famílias de baixa renda que buscavam também uma melhoria de vida neste processo de avanço da globalização e urbanização em cidades que os terrenos regularizados são comercializados e vendidos a preços exorbitantes. Segundo Maricato (2003), as favelas continuarão se multiplicando enquanto o mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais.

No caso da comunidade Vila da Barca em Belém, algumas famílias foram realocadas para conjuntos habitacionais provenientes de projetos de desenvolvimento como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projetos que não foram pensados para valorizar a cultura e a memória de um povo, mas trazer o desenvolvimento, a urbanização e a inserção da comunidade na globalização, seguindo um modelo de vida que não são daqueles povos por natureza.

Segundo Tapie (2016, p.383):

Quando as autoridades públicas configuram o processo de inserção e de integração para o conjunto habitacional de baixa renda, a realocação produz uma culpabilização e um sentimento de inferioridade, os quais são reforçados pela imagem física do conjunto habitacional. As famílias desenraizadas devem (então) reconstruir uma (nova) apropriação do ambiente de vida, (ambiente) que elas não escolheram e numerosas dificuldades marcam o caminho dessa aclimatação. No plano da identidade residencial, “o conjunto habitacional é um território incoerente e trágico”; incoerente, porque os grupos sociais que o compõem não produzem uma vida coletiva rica; trágico, porque sujeita a uma desqualificação coletiva.

A constatação de Tapie (2016) ressalta que, esses conjuntos habitacionais são pensados a partir de uma realidade diferente da qual os futuros moradores destas habitações foram acostumados, onde são obrigados a viver em um padrão de vida que lhe são impostos. Mesmo que a realocação para conjuntos habitacionais “garanta” o conforto, essa mudança confirma a exclusão social implementada, resultado de uma realocação malfeita. Esse processo de é historicamente preterido pelo Estado, que é o responsável por este ato, tendo como consequência a perpetuação da desigualdade.

Segundo Ferreira (2012, p. 12):

A civilização humana mostrou-se dramaticamente eficaz em gerar sociedades desiguais, e por isso sempre produziu espaços também desiguais (...) Por isso, a primeira constatação que se pode fazer é a de que, face à trágica desigualdade que

marca as cidades brasileiras, o principal objetivo do urbanismo deve ser, antes de tudo, o de garantir cidades mais justas. (...) O equilíbrio urbano, entretanto, só será possível quando se conseguir erradicar a miséria, que se expressa nos assentamentos informais desprovidos do atendimento às necessidades mínimas para se viver com dignidade. Pensar em cidades justas é falar, antes de tudo, em dinâmicas urbanas não segregadoras.

Então, se faz necessário permear conceitos acerca de desigualdade e exclusão na construção e arquitetura da cidade para assim pensarmos em o que causa a ruptura da memória social de uma comunidade a partir da imposição de desenvolvimento urbano.

A partir da ótica de anatomia espacial, Maurice Halbwachs (1972) insiste na relação entre memória coletiva e espaço material, considerando que as memórias do indivíduo nunca são apenas suas, ou seja, nenhuma memória existe anexa da sociedade, assim como para Michel Foucault (1975) onde aponta a importância dos dispositivos espaciais como mercado social importante, dentre os quais o pan-óptico, símbolo de enclausuramento, no âmbito do processo de dominação está ligado às vivências de um grupo em determinado espaço. Para esses autores, o território, o espaço, o lugar, as construções e sua organização revelam o social, os poderes, e carregam identidades, normas, processos de aprendizagem dos comportamentos e atitudes.

No caso da comunidade da Vila da Barca, há traços da memória cultura que se manteve viva, percebe-se uma luta para se manter vivos os traços comunitários, reflexos da memória das gerações anteriores. Percebe-se que há uma luta contra o poder e a inquisição de quebra de identidade residencial através do desenvolvimento urbano, que chegou à comunidade através dos projetos habitacionais que não valorizam a memória rural dos moradores da comunidade.

## **METODOLOGIA**

Adotamos a observação participante para uma melhor experiência e troca com o campo, técnica importante e fundamental da antropologia proposta por Malinowski (1978). Além da observação participante, também foi escolhida como forma de metodologia a adoção de Grupos Focais, que nos permitiu a coleta de dados por meio das interações em grupo ao se debater um tema proposto, no caso desta pesquisa, foi proposto o tema das vivências sociais e

das praticas culturais, através do resgate da memória coletiva, Técnica proposta pelo sociólogo David L Morgan (1997)

A partir das aplicações podemos contrastar uma grande e excludente falta da valorização e sensibilidade do estado com os sujeitos sociais da comunidade, mostrando um grande ataque tanto simbólico quanto estrutural contra um dos direitos mais violáveis da realidade brasileira, o direito a cidade e o viver de forma digna. Assim como mostra Maricato (2015) em seus estudos sobre crise urbana:

[...] A academia foi muito importante porque os trabalhos acadêmicos mostram a cidade real e mostram como os trabalhadores vivem. Por que isso é importante? Porque a sociedade capitalista se alimenta sempre do simulacro da realidade, de uma representação ideológica da realidade. A representação ideológica da realidade, da cidade é o cartão postal, então a periferia é desconhecida. Ninguém imagina que a periferia possa ser tão grande ou que o número de moradores de favela[...] seja tão gigantesco.” (MARICATO, 2015, p. 16)

Para isso focamos a pesquisa no grupo de mulheres intitulado: A associação da melhor idade: sagrado coração de Jesus que possui cerca de 31 anos e realiza suas atividades na associação dos moradores da Vila da Barca. O grupo é composto por mulheres idosas que se encontram nas segundas, quartas e sextas-feiras para atividades como conversas, educação física, roda terapêutica e para dançar carimbó.

Figura 4 e 5 – Grupo de mulheres: A associação da melhor idade: sagrado coração na Associação dos moradores da Vila da Barca/Belém (PA).



Fonte: CANUTO, E. CALDA, E (2019).

## **RESULTADOS E DISCUSÕES**

### **O não lugar**

Quando falamos em não – lugares estamos falando de lugares com duas perspectivas, a primeira se refere a lugares construídos pelo capital e pela globalização, que nega as

identidades culturais, espaciais e de vivências históricas e outra perspectivas de não - lugares são reconhecidos como tais, por não carregarem a noção de desenvolvimento pregado pelo desenvolvimento neoliberal, podemos ver nos estudos de Marc Augé que “O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espectáculo” (Augé, 1994b, p. 167).

Se existem não lugares é porque existem espaços antropológicos criados e ricos de relações culturais e sociais socialmente construídas historicamente, assim como a tradição que antropológica ligou a questão da alteridade (ou da identidade) à do espaço, é porque os processos de simbolização colocados em prática pelos grupos sociais deviam compreender e controlar o espaço para se compreenderem e se organizarem a si mesmos” (Augé, 1994, p. 158).

A partir dessa lógica podemos perceber que quando o estado nega lugares a partir do não reconhecimento de comunidades como sujeitos sociais ele acaba por vez silenciado essas narrativas e criando locais vazios, que por vez ignorar que esse lugares antropológicos têm suas próprias narrativas e formas de existirem contra hegemônicas.

### **Conflitos Sociais**

O conflito social não significa um fenómeno único. Falar de conflito social significa falar de circunstâncias que podem envolver ou não violência física e que podem ser ou não reguladas por normas acordadas entre as partes, o conflito significa que não a equidade entre os lados. Segundo Kremenjuk e Zartman (2009) onde os autores lembram que a comprovação histórica mostra o conflito como “normal, onipresente e inevitável [...] traço inerente à existência humana” (2009, p. 3), mas é importante não naturalizar o conflito porque ele é fruto das relações sociais desiguais na sociedade.

Por meio dessa dimensão desigual na estrutura social de comunidades como o caso da Vila da Barca, a uma propensão a perpetuação da pobreza e da negação de direitos básicos como o acesso a moradia. Dentre os fatores estruturais que interferem nessa situação, podemos citar: a ausência de mecanismos de distribuição de rendas através de uma estrutura tributária progressiva, falta de um amplo processo de reforma agrária, investimento em políticas sociais básicas e democratização do acesso ao poder político. (COSTA, 2005, p. 179 e 180).



Ou seja, a uma necessidade de criar riquezas e rendas suficientes para produzir alterações significativas nas condições de vida da grande massa da população brasileira que é carente de tudo. No entanto, a riqueza existente, a produzida e a renda criada sempre foram apropriadas concentradamente por minorias que sofrem de um estado crônico de “ganância infecciosa” (GARCIA, 2003, p. 10).

A ideia de naturalização da pobreza, ideologicamente difundida pelos setores conservadores da sociedade capitalista, ganha relevância devido à própria complexidade da vida social. Visto que, no lugar do debate democrático pratica-se a criminalização, a repressão ou a desmoralização do interlocutor, quando o conflito envolve antagonismos de classes. (MARICATO, 2015, p. 93)

Neste sentido o estado passa a ser o regulador desta situação, onde através das políticas sociais possa proporcionar a diminuição dos índices de desigualdade, procurando desenvolver ações para o social e não para a classe dominante. Se o Estado é composto por múltiplos aparelhos e, ao mesmo tempo, é influenciado por uma luta e dinâmica de forças entre classes e frações de classe, disso deriva que, em sua ação efetiva e em momentos históricos diversos, diferentes aparelhos poderão ser mais ou menos influenciados por diferentes classes e muitas políticas específicas do Estado poderão refletir interesses entre si conflitantes (COUTINHO, 1996, p. 39 e 40).

Segundo Raimunda Fernandes Lobato, que possui 79 anos e é uma das moradoras mais antigas das pontes, relata que o projeto que veio para melhorar a moradia dela na Vila da Barca não aconteceu, mesmo com o passar de muitos anos sua situação não melhorou, continua na mesma esperando pelas melhorias que foram prometidas. Apesar de todas as problemáticas relacionadas à situação de moradia ela diz ter afeto pelo lugar que ela mora. Relata que sua filha a chama para morar em outro lugar, mas ela recusa. Pois já está acostumada com o seu modo de vida na Vila da Barca.

Afirmamos que a pobreza, como fenômeno humano, resulta diretamente das decisões políticas. Porém, as decisões políticas são tomadas a partir da racionalidade do capital, já que na sociedade moderna as necessidades humanas estão subordinadas a lógica econômica da rentabilidade do capital. Desta forma, é o homem que serve à produção, realizada somente na medida em que recria o capital em escala ampliada. (COSTA, 2005, p. 172 e 173).

Ademais Raimunda afirma que as moradias de quando ela veio morar na Vila da Barca eram piores, com espaço pequeno, em suas palavras: “Uma casa por cima da outra”. Fala sobre os acidentes que já sofreu no local e as marcas que tem até hoje, pois as madeiras das pontes estavam velhas e facilmente quebravam. Atualmente diz que a violência é crescente no local e um dos principais problemas enfrentados pelos moradores: violência policial e bala perdida, fatores que deixam os moradores inseguros com relação às suas vidas.

Figura 6 – Pontes deterioradas e esgoto a céu aberto na Vila da Barca.



Fonte: Ana Júlia Carepa Blogspot 2004.

De acordo com Benedita Progênio que mora há 45 anos na Vila da Barca, relata que a situação dos moradores era bem pior, mas com o tempo foi melhorando com auxílio do governo que melhorou as pontes e outras questões que afetam as vidas dos moradores. Relata que os moradores que residem nas pontes atualmente são desprezados pela assistência do governo e a única coisa que ainda resta é a associação de moradores que promove a reunião do grupo de mulheres. Segundo ela o governo não oferece programas ou qualquer outra forma de melhoria aos moradores, um total descaso.

Para que se realize o enfrentamento da problemática da pobreza é necessário que aconteçam investimentos, mudanças e planejamentos. É necessário fazer um esforço coletivo, não sendo possível, sua superação com ações fragmentadas. “Os conflitos e problemas da cotidianidade remetem a soluções conflitivas que se sobrepõem às soluções reais, quando estas são ou parecem impossíveis. Assim os problemas e a procura de uma solução transpõem o limiar do imaginário” (LEFEBVRE, 1991, p.98).

Segundo Márcio Coordenador da Associação dos moradores da Vila da Barca, relata que a associação é importante para os moradores, devido às práticas culturais e sociais

existentes no local onde a comunidade participa. Para Márcio as ações promovidas através da organização dos moradores caracterizam a Vila da Barca enquanto uma comunidade unida, mesmo com todas as diferenças existentes entre as pessoas e sobre as carências ele cita a questão dos jovens e crianças que estão em uma situação de vida com pouca esperança, sendo assim expostos aos mais diversos tipos de violência. .

Desta forma, entende-se a necessidade da formulação de um novo pacto social que vá de encontro com as exigências da maioria da população, promovendo a justiça através da redistribuição de bens e riquezas, uma maior intervenção do Estado na busca pela igualdade e liberdade. Como afirma Benedita sobre as ações do governo: “Seria importância no mínimo o governo melhorar as pontes, porém raramente isso ocorre”. Apesar de todas as dificuldades, ela afirma querer continuar morando no local, porém é necessário que haja melhorias na condição de vida dos moradores.

### **As Manifestações Culturais**

As manifestações culturais nas comunidades continuam a existir mesmo em um cenário desigual, as práticas culturais continuam sendo vivenciadas, a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias. Se aqui os instrumentos da cultura de massa são utilizados, o conteúdo não é, todavia, “global”, nem a incitação primeira é o chamado mercado global, já que sua base se encontra no território e na cultura local herdada. (SANTOS, 2008: p.144).

O processo de modernidade traz consigo a noção de superação das práticas tradicionais e culturais presentes na vida cotidiana, causando um processo de exclusão da memória coletiva. Segundo Stuart Hall. (2006: p.97):

[...] a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do global nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do local. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes.

Raimunda Comenta sobre as manifestações culturais e religiosas existentes na localidade, como o grupo de senhoras idosas que se reúnem na associação de moradores para conversar sobre suas vidas e dançar carimbó. Essas idosas ocupam e constroem um espaço de apoio e resistência de mulheres dentro da periferia e não recebem nenhum auxílio do Estado.

O grupo é importante para construção de uma rede de apoio entre as idosas, tendo em vista a questão do abandono, a violência e os maus tratos sofridos por pessoas idosas. A constituição de um espaço como este é significativo, onde ocorre o fortalecimento manifestado de diversas maneiras entre as componentes no grupo, seja no processo de estarem juntas realizando as atividades ou pelo fato deste auxílio entre elas se externalizar às ações cotidianas em casos de adoecimento ou de alguma situação conflituosa em suas vidas, o grupo se faz presente para apoiar essas vivências.

Além do grupo de mulheres Raimunda fala também sobre a igreja e diz que tudo isso é muito bom para ela, à união e alegria de participar junto com as outras moradoras. Igualmente Benedita que fala que as manifestações culturais existentes provêm das iniciativas dos moradores e não do governo.

O carimbó que ocorre na associação de moradores é uma das alegrias de Benedita Progênio, além de suas atividades na igreja. Percebemos o mesmo discurso entre as moradoras, como o de Maria Viana Costa Mora que mora há muitos anos na Vila da Barca e concorda em muitos pontos levantados pelas outras moradoras, como a questão da violência, a melhoria das pontes, a importância da associação de moradores e o carimbó dentre outras questões.

Márcio que é coordenador da Associação dos Moradores da Vila da Barca fala sobre as várias manifestações culturais existentes na vila da barca que valorizam a cultura local, como os sete blocos existentes que fazem a animação em período de carnaval, Além da manifestação religiosa como a de Nossa Senhora dos navegantes, onde a festa já ocorre há mais de 15 anos com a procissão luminosa e a visita nas casas com as novenas, já é uma tradição que conta com a participação ativa dos moradores e mantém sua continuidade. No carnaval é o "corredor da folia", no meio vão os brincantes e nos lados ficam os vendedores, essas ações no meio social mostram as formas de existência econômicas e culturais.

Na dimensão social são produzidas e reproduzidas formas e manifestações culturais que fazem parte da vida social de um povo ou comunidade, explícitas ou implícitas demonstram sempre uma forma de identidade que determina a existência cultural como ferramenta de resistência, o lugar se reproduz como referência, e, nesse sentido, lugar de constituição de identidade e memória; nessa dimensão revelaria a condição do homem, como construção da obra.” (CARLOS, 2001: p. 41).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos relatos e realidades constatadas no estudo feito na comunidade, é inegável a segregação espacial e as formas de vidas desiguais existentes no território, a um grande conflito de interesses que favorecem apenas as classes privilegiadas, os projetos de habitação não concluídos, a falta de saneamento, educação ambiental, saúde, lazer, esporte, revitalizações e a negligência do estado, faz com que todo esse contexto contribui para a desigualdade materializada na comunidade, tendo em vista a dimensão social que entra em conflito entre os direitos fundamentais e os interesses de uma assistência seletiva que não introduz comunidades a margem da sociedade, mas sim apenas uma parcela privilegiada onde revela a perpetuação da segregação do espaço como divisor de uma sociedade dividida pela as classes dominantes e as subalternas.

Em meio a toda essa dimensão verificamos o protagonismo da comunidade nas práticas sociais e culturais como uma maneira de existência e resistência perante as condições vividas, todas as formas de ocuparem e vivenciarem o espaço de maneira social e cultural se caracteriza como uma ferramenta de resistência e de emancipação social, assim como a manutenção do grupo de mulheres, pois a constituição de um espaço como este é significativo, onde ocorre o fortalecimento manifestado de diversas maneiras entre as componentes no grupo, seja no processo de estarem juntas realizando as atividades ou pelo fato deste auxílio entre elas se externalizar às ações cotidianas em casos de adoecimento ou de alguma situação conflituosa em suas vidas, o grupo se faz presente para apoiar.

Os conflitos sociais mostram as desigualdades entre as lutas de classes expostas na estrutura social que precisam ser superadas, é necessário que o estado seja responsável e atue nas transformações sociais, mas, além disso, se reconheça como causador dos próprios conflitos e autor das segregações sociais que o próprio perpétua. Ademais é imprescindível a

valorização das práticas culturais e os meios de sobrevivências na comunidade como símbolo de uma luta perante a falta de equidade, a superação das diferenças sociais precisa partir do reconhecimento das desigualdades entre esses grupos e do reconhecimento do protagonismo dos atores sociais como atuantes de suas próprias práticas e modos de vivenciarem o espaço.

### **Referências**

Augé, Marc (1994), **Le sens des autres. Actualité de l'anthropologie. Paris, Fayard.**

\_\_\_\_\_. (1998), **A guerra dos sonhos. Oeiras, Celta.**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

COSTA, L. C. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social**, in Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996

FERREIRA, J.S.W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.** São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, R. C. **Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento.** IPEA (texto para discussão). Brasília, agosto de 2003.

GUY TAPIE. **Sociologia do espaço: modelos de interpretação.** Sociologias, Porto Alegre, no 47, jan/abr 2018, p. 370-391.

HALBWACHS, Maurice. **Classesocialeetmorphologie.** Paris: Editions de Minuit, 1972.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.  
\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade.** 2.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **"O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas"**. Revista Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, n. 6, Jun/set. 1982.

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno.** Editora Ática, 1991.

MARICATO, Erminia. **"Cidades e luta de classes no Brasil"**. Para entender a crise urbana. São Paulo: Editora expressão popular. 1º edição. 2015.

MARICATO, E. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In Castriota, LB (org) Urbanização brasileira/redescobertas. Belo Horizonte, C/Arte, pp. 78-96. 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. V.17, n.48, 2003. (p.151-168)

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidades, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PASTERNAK, Suzana. **A favela que virou cidade**. In: URBAN RESEARCH SYMPOSIUM, 2005, Brasília. *Anais...*[S.l.], 2005. p. 1-33.

PETONNET, Colette. **Espaces habités. Ethimologiesdesbanlieues**. Paris: Galilée, 1982.

ROCHA, Estela. **Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas**. Revista África e africanidades. Ano 3. n-9, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Pauto: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SOUZA, S. S. (2006). **Os caminhos da urbanização da Vila da Barca: passado, presente e perspectivas futuras**. Belém: Dissertação de Mestrado em serviço social - UFPA.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. T. (ORG). **Identidade e diferença: as perspectivas dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 1999.